



SEMINÁRIO TEOLÓGICO BATISTA DO NORTE DO BRASIL
FACULDADE STBNB

DÉBORA GABRIELE DA SILVA OLIVEIRA

**RELIGIÃO CRISTÃ NA SEGUNDA INFÂNCIA: SUA INFLUÊNCIA NO
DESENVOLVIMENTO E COMPORTAMENTO HUMANO**

RECIFE
2025

DÉBORA GABRIELE DA SILVA OLIVEIRA

**RELIGIÃO CRISTÃ NA SEGUNDA INFÂNCIA: SUA INFLUÊNCIA NO
DESENVOLVIMENTO E COMPORTAMENTO HUMANO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Bacharelado em Teologia da
Faculdade STBNB, como requisito necessário
à obtenção do título de Bacharel em Teologia.

Orientador (a): ME. Jades Cunha G Silva Jn

RECIFE

2025

AGRADECIMENTOS

Não seria possível chegar até aqui se não fosse o Senhor, que me ajudou através de todo suporte e apoio que recebi da família, amigos e parentes. Dedico esse artigo a todos que me impulsionaram para chegar onde cheguei, aos meus professores que foram fundamentais para que essa etapa fosse concluída. Cada ajuda que recebi através de conselhos e palavras de motivação que fizeram com que esse trabalho chegasse a sua conclusão. Ao meu orientador que me aconselhou e dedicou seu tempo para que assim eu pudesse concluir esse Trabalho de Conclusão de Curso. Meu muito obrigada a todos vocês e a Deus que me guiou em todo o processo.

RESUMO

Entender que a religião está presente em praticamente toda a trajetória da humanidade, ajuda a entender a dependência que um indivíduo sente de se relacionar com um ser Divino, e como ele muda a sua vida por causa de uma crença, ao ponto em que ele escolhe passar isso para sua futura geração. As crianças que começam a se relacionar com a religião demonstram comportamentos diferentes, e é isso que veremos. O propósito do presente trabalho é trazer uma visão ampla e específica sobre como a religião pode influenciar no comportamento e desenvolvimento humano, porém, exploraremos como a religião pode influenciar em uma fase específica do ser humano, sua infância. Pontuamos como o desenvolvimento pode ser afetado de maneira positiva e negativa quando inserido a religião na infância. A intenção é responder perguntas como essa de maneira clara e objetiva, usando também da psicologia para explicar como o desenvolvimento cognitivo da criança é afetado e como a crença religiosa mexe e desenvolve o indivíduo.

Palavras-chave: Infância; Desenvolvimento; Psicologia; Fé;Religião.

ABSTRACT

Understanding that religion is present in practically the entire trajectory of humanity, helps to understand the dependence that an individual feels on relating to a Divine being, and how he changes his life because of a belief, to the point where he chooses pass this on to your future generation. Children who begin to relate to religion demonstrate different behaviors, and this is what we will see. The purpose of this work is to provide a broad and specific view of how religion can influence human behavior and development, however, we will explore how religion can influence a specific phase of human beings, their childhood. We point out how development can be affected positively and negatively when religion is included in childhood. The intention is to answer questions like this in a clear and objective way, also using psychology to explain how a child's cognitive development is affected and how religious belief affects and develops the individual.

Key-words: Infancy; Development; Psychology; Faith; Religion.

SUMÁRIO

1. Introdução	8
2. Conceitos Fundamentais	10
2.1 Religião	10
2.2. Desenvolvimento Infantil	15
2.3. Teorias do Desenvolvimento Infantil	18
3. Religião e suas Influências	26
3.1 Influências Positivas	26
3.2 Influências Negativa	31
3.3 Religião e Identidade	35
4. Impactos Positivos da Religião na Infância	37
4.1 Formação de Identidade e desenvolvimento a partir da Fé	37
4.2 Promoção da Autoestima e Autocontrole	39
4.3 Desenvolvimento Moral e Ético	40
Considerações Finais	43
Referências	46

INTRODUÇÃO

A infância é uma fase crucial no desenvolvimento humano, marcada por transformações significativas que moldam a identidade, os valores e as interações sociais de uma pessoa. Neste contexto, uma religião surge como um fator influente, capaz de impactar profundamente o crescimento psicológico e emocional das crianças. O presente artigo, busca explorar essa intersecção entre religião e desenvolvimento infantil, analisando como as reflexões religiosas podem afetar o comportamento e a formação da identidade das crianças. Inicialmente, o artigo contextualiza a importância da religião na trajetória da humanidade e sua presença nas dinâmicas sociais contemporâneas. Em seguida, serão abordados conceitos fundamentais relacionados ao desenvolvimento infantil, incluindo teorias psicológicas que explicam como as crianças assimilam e vivenciam a religião em suas vidas cotidianas. A pesquisa se debruçará sobre as influências positivas da religião, como a promoção de valores como empatia, compaixão e pertencimento, que são essenciais para a formação de uma identidade moral sólida. Por outro lado, o artigo também examinará os impactos negativos que uma religião pode ter na infância, discutindo questões como dogmatismo, exclusão social e possíveis conflitos internos que podem surgir em crianças que enfrentam dilemas entre suas opiniões e a realidade ao seu redor. Além disso, será feita uma análise das implicações para a educação e a psicologia infantil, propondo estratégias pedagógicas e intervenções que possam ajudar a integrar a religião de maneira saudável no desenvolvimento das crianças. Por fim, o artigo visa fornecer uma visão abrangente e crítica sobre a influência da religião na infância, destacando a necessidade de um entendimento equilibrado que considere tanto os benefícios quanto os desafios que essa experiência pode trazer. Através dessa análise, esperamos contribuir para um diálogo mais profundo sobre o papel da religião na formação de novas gerações e suas implicações para a sociedade como um todo.

O artigo discute o problema da influência da religião no desenvolvimento e comportamento das crianças, abordando tanto os efeitos positivos quanto negativos dessa interação. A religião, presente em diversas culturas e sociedades, pode moldar a identidade, os valores e a opinião das crianças desde a infância. No entanto, a forma como essa influência se manifesta pode variar significativamente, dependendo de fatores como a abordagem dos educadores, o suporte familiar e a dificuldade das práticas religiosas. Por um lado, uma religião pode proporcionar um senso de pertencimento, segurança emocional e uma estrutura moral que ajuda as crianças a lidar com dilemas existenciais e medos naturais, como a morte e

o abandono. Esses aspectos contribuem para o desenvolvimento de valores como empatia, compaixão e solidariedade, podem ser fundamentais para a formação de uma identidade saudável. Por outro lado, quando uma instrução religiosa é imposta de maneira autoritária ou punitiva, pode gerar sentimentos de culpa, medo e exclusão da autodeterminação. Isso pode dificultar o crescimento pessoal e a autonomia da criança, levando a consequências psicológicas negativas. O artigo, portanto, busca entender essa dualidade, ressaltando a necessidade de uma abordagem cuidadosa e respeitosa em relação à vivência da fé na infância, para que a religião possa ser uma força positiva no desenvolvimento emocional e psicológico das crianças.

A discussão sobre a influência da religião no desenvolvimento infantil é de extrema importância, pois aborda um aspecto fundamental da formação da identidade e dos valores das crianças. A infância é uma fase crítica em que as bases emocionais, sociais e cognitivas são condicionais, e a religião pode desempenhar um papel significativo nesse processo. Ao explorar como a religião molda comportamentos, implicações e interações sociais, podemos entender melhor as dinâmicas que afetam o crescimento das crianças em diferentes contextos culturais e sociais. Além disso, a análise dos resultados positivos e negativos da religião na infância é crucial para educadores, psicólogos e pais. Compreender como a vivência religiosa pode promover sentimentos de pertencimento, autoestima e moralidade, ao mesmo tempo em que pode gerar culpa e medo quando mal aplicado, permite que esses adultos se orientem em como ajudar as crianças de maneira mais eficaz. Isso é especialmente relevante em um mundo cada vez mais diversificado, onde as crianças podem ser expostas a diferentes tradições e opiniões. Por fim, discutir esse tema contribui para a formação de uma sociedade mais consciente e respeitosa em relação às diferenças religiosas. Ao promover um diálogo aberto sobre a religião e seu impacto no desenvolvimento infantil, podemos fomentar um ambiente que valorize a liberdade de crença e a autonomia das crianças, garantindo que elas cresçam em um contexto que respeite suas individualidades e potencialize seu desenvolvimento integral.

2. CONCEITOS FUNDAMENTAIS

2.1 RELIGIÃO

A palavra "religião" tem sua origem no latim re-ligare, que significa "voltar a ligar", "reconectar". Está completamente voltada para a conexão do homem com aquilo que ele denomina sagrado. Falar sobre religião está diretamente relacionado à vida social e cultural do homem, afinal, não existe religião que não esteja inserida em uma sociedade e num contexto simbólico e cultural. Do mesmo modo, não existe cultura ou sociedade que não possua algum tipo de sistema de crenças religiosas. Segundo Souza (2012), a história do mundo está intrinsecamente ligada à religião. A razão disso é que essa história tem uma conexão profunda com os primórdios da humanidade, da civilização como um todo. A trajetória das religiões é a narrativa da alma humana, é a narrativa da existência humana como um todo, desde suas origens, aspirações e necessidades mais intensas. As convicções religiosas e suas práticas buscam atender às necessidades humanas ao longo do tempo e do espaço (SOUZA, 2012, apud SANTANA, 2021, p. 14).

Muito se discutiu sobre a origem da religião, em quais circunstâncias ela foi concebida, o que levou o homem a buscá-la ou o que o levou a descobrir a existência de um ser superior. Para o Animismo, o mundo estaria dotado de seres que habitam as plantas, objetos, homens e animais. As experiências que o homem primitivo teve com a morte, doenças e, acima de tudo, com os sonhos, envolvem as origens das noções da alma. Todas essas experiências levaram o homem primitivo a idealizar a existência de um ser repleto de uma essência espiritual, que estaria além do corpo físico. Para Edward Tylor, o animismo teria se caracterizado como o primeiro momento que desencadearia o que viria a se tornar religião:

Com a evolução das culturas, o animismo daria lugar ao politeísmo e depois ao monoteísmo. [...] Para ele, num gradiente evolutivo haveria desde a crença animista até a formulação mais sofisticada do divino (TYLOR, 1976, apud GUERRIERO, 2013, p. 3).

Entretanto, a definição básica de Tylor foi muito criticada, e outras formas de pensamento sobre a religião foram concebidas. Com o passar do tempo, a religião tornou-se foco de estudo e pesquisa, por conta de sua interferência direta nos costumes e práticas de uma sociedade, bem como sua influência no desenvolvimento da ética e da moral de um povo.

A expressão religiosa está presente em todas as culturas e pode ser caracterizada como um conjunto de comportamentos e ações que conectam o homem ao divino (BASTIDE, 1989, apud SANTANA, 2021, p. 12).

Segundo Dalgalarondo, na era pré-histórica, a religião já estava presente. Na religião dessa época, Deus era visto como o próprio universo. Acreditava-se na existência de espíritos, na reencarnação e na veneração dos ancestrais, além de existir harmonia com a natureza, e o universo era considerado eterno. A era pré-histórica da religião se estende desde o começo da história até aproximadamente o ano 3000 a.C. Nesse intervalo de tempo, os saberes adquiridos foram aplicados, e as crenças e mitos foram transmitidos através da palavra, assim como os rituais religiosos por meio do comportamento replicado, por meio de mitos (DALGALARONDO, 2008, apud SANTANA, 2021, p. 12).

Segundo o mesmo escritor, já no último milênio a.C. se estendendo até a era medieval, os ensinamentos religiosos eram transmitidos através de livros sagrados, e mostravam uma relação paternal entre o Criador e sua criação. Depois desse período, outras crenças surgiram, trazendo à tona a criação de outros deuses que viviam dramas parecidos com os dos humanos, onde criavam e destruíam mundos. No quinto século após Cristo, textos foram produzidos com teor filosófico, mas sem caráter dogmático. Tinha-se fé na possibilidade de uma evolução espiritual possível, através de um esforço pessoal. A Igreja Católica, durante a Idade Média, destacou-se por propagar e levar as pessoas a pensarem sobre os valores cristãos. Já na Europa, faziam-se presentes várias vertentes cristãs e pagãs. Ainda na Idade Média, a Igreja expandiu seu grau de influência. Ela passou a dominar grande parte dos territórios feudais, desempenhando um papel crucial nas decisões de autoridade. As ideias religiosas interagem com os contextos sociais, são dinâmicas e não estão estáticas, podendo ser muitas em uma mesma sociedade. Logo, a religião também expõe as tendências de um contexto específico (DALGALARONDO, 2008, apud SANTANA, 2021, p. 12).

As diversas subculturas religiosas têm um impacto significativo nas escolhas dos indivíduos, o que causa diferentes tipos de necessidades, como a formação de identidade. Também se destacam os elementos culturais dos diversos grupos religiosos que investem na formação de uma identidade coletiva por indivíduos que possuem a mesma origem (MANO, 2010, apud SANTANA, 2021, p. 13). As religiões contribuem para a construção da identidade pessoal, uma vez que as instituições religiosas influenciam a identidade do indivíduo. As

crenças religiosas definem procedimentos que uniformizam o comportamento humano e nos conduzem a seguir caminhos vistos pela sociedade como desejáveis. As entidades religiosas formam a sociedade, orientam e direcionam nossas expectativas. As religiões compartilham uma perspectiva comum: existe algo que falta em nós e que precisa ser completado, assim, aspiramos à totalidade. As preces fornecem respostas às questões colocadas pelo indivíduo em momentos de desespero. O indivíduo se sente protegido pela religião, pois ela oferece suporte e fornece recursos para enfrentar os desafios de sua realidade. A fé, sendo um componente fundamental da sociedade, torna a religião um elemento essencial. A religião age de forma natural na vida, servindo para apoiar a pessoa em suas necessidades humanas.

A fé que caracteriza o cristão vai além de alterar o comportamento do crente; ela transforma a vida do fiel, compondo a identidade pessoal da pessoa e manifestando-se no comportamento. Quando a crença é aceita, torna-se uma realidade dinâmica. O processo de verdadeira fé pode perdurar por toda a vida e requer grande dedicação pessoal, busca por se adequar ao comportamento que a fé exige é intensa e se refere à salvação, que é o objetivo da procura do cristão (ARBOITH, 2008, apud SANTANA, 2021, p. 16).

A religião e a crença no divino influenciam as ações, orientam e direcionam as expectativas; portanto, fé e religião estão intrinsecamente ligadas à formação do comportamento do indivíduo, compondo a construção da identidade humana. A fé e a religião apoiam a pessoa nas incertezas da vida, na dor e no sofrimento. O indivíduo é tranquilizado durante sua jornada em momentos de sofrimento, que são inerentes à vida pessoal, proporcionando uma segurança profunda, já que a fé e a religião proporciona apoio nos desafios da vida e vão além, assegurando a redenção após a morte e o reencontro com Deus, em uma terra de paz e amor sem fim. Os autores apresentados nos ajudam a entender o conceito do mundo religioso, onde abordam com eficiência os conceitos de religião e fé, pois, a transmissão da fé ao longo do tempo contribuiu para a formação da sociedade humana.

CONCEITO DE RELIGIÃO

A compreensão da religião é um tema complexo e multifacetado, que tem sido objeto de intenso debate nas ciências sociais. Linda Woodhead (2018), em sua análise, propõe uma taxonomia que abrange cinco conceitos principais de religião, cada um refletindo diferentes dimensões e funções que a religião desempenha na vida social. Esses conceitos incluem a

religião como crença ou significado, que enfatizam a identidade, a importância das necessidades na formação de pessoas e na busca por sentido; a religião como identidade, que destaca como as afiliações religiosas moldam a autoimagem e as relações sociais; e a religião como relações sociais estruturadas, que examinam as interações e dinâmicas sociais que emergem em contextos religiosos. Além disso, Woodhead aborda a religião como prática, que foca nas ações e rituais que expressam a fé, e a religião como poder, que investiga as influências sociais e políticas que a religião exerce. Essa abordagem abrangente não apenas ilumina a diversidade das experiências religiosas, mas também convida a uma reflexão crítica sobre como esses conceitos se inter-relacionam e se manifestam em diferentes contextos culturais e históricos.

RELIGIÃO COMO CRIADORA DE COMUNIDADES E FORMADORES DE DELIMITAÇÕES

Enfatiza o papel da religião na formação de laços sociais e na definição de fronteiras entre grupos. Esse conceito de religião não apenas fornece um sistema de crença, mas também atua como um fator de coesão social, criando comunidades coesas e delineando identidades coletivas. A religião frequentemente serve como um elemento central na formação de comunidades, as práticas religiosas, rituais e celebrações criam um senso de pertencimento entre os indivíduos que compartilham valores comuns. Essas comunidades religiosas oferecem apoio emocional, social e espiritual, funcionando como redes de solidariedade e ajuda mútua.

A identidade religiosa contribui para a construção da coletividade, onde os membros de uma comunidade se veem como parte de um grupo maior. Essa identidade pode ser baseada em crenças compartilhadas, tradições, histórias e experiências comuns. A religião, portanto, não apenas molda a identidade individual, mas também define a identidade do grupo, diferenciando-o de outros. A religião também desempenha um papel crucial na definição de fronteiras sociais e culturais, as comunidades religiosas frequentemente estabelecem limites que separam seus membros daqueles que não compartilham as mesmas semelhanças. Essas delimitações podem ser visíveis em práticas sociais, como a escolha de parceiros, a educação dos filhos e a participação em atividades comunitárias. Além disso, uma religião pode influenciar a forma como os grupos interagem uns com outros, criando dinâmicas de inclusão e exclusão. Para Durkheim o conceito de religião, a princípio, está

ligado na manutenção e criação de laços sociais, mas vai além de uma questão de crença ou cultura, estando vinculado a uma questão de tradição sociológica. Para ele, o conceito de religião e sociedade são inseparáveis (DURKHEIM, 2001, apud SANTOS, 2018, p. 190). A formação de comunidades religiosas e suas delimitações podem ter implicações significativas em contextos sociais e políticos. Grupos religiosos podem se mobilizar em torno de causas comuns, influenciar políticas públicas e participar ativamente na vida cívica. Ao mesmo tempo, as delimitações podem levar a conflitos entre diferentes grupos religiosos, especialmente em sociedades pluralistas. Em resumo, o conceito de Religião como Criadora de Comunidades e Formadora de Delimitações destaca a importância da religião na construção de laços sociais, na formação de identidades coletivas e na definição de fronteiras entre grupos. Ele revela como a religião pode ser uma força poderosa na coesão social, ao mesmo tempo em que pode gerar divisões e desafios em contextos multiculturais.

RELIGIÃO COMO CRENÇA E SIGNIFICADO

Este conceito aborda a religião como um sistema de transparência que oferece significado e propósito à vida dos indivíduos. As religiões acreditam ajudar as pessoas a interpretar o mundo, a lidar com questões existenciais e a encontrar respostas para perguntas fundamentais sobre a vida, a morte e a moralidade. A religião como crença também se relaciona com a busca de significado na vida. Muitas pessoas recorrem à religião para encontrar respostas para perguntas profundas sobre a existência, como "Qual é o propósito da vida?" ou "O que acontece após a morte?". Através de suas opiniões, os indivíduos podem encontrar conforto e esperança em tempos de crise, além de um sentido de pertencimento a algo maior do que eles mesmos. As religiões não apenas moldam a vida individual, mas também desempenham um papel crucial na formação da identidade coletiva. A adesão a um conjunto específico de membros pode unir indivíduos em comunidades religiosas, criando laços sociais e culturais que fortalecem a coesão grupal. Em resumo, o conceito de Religião como Crença e Significado é fundamental para entender como as pessoas moldam a experiência religiosa, influenciam a identidade e oferecem um quadro de referência para a vida dos indivíduos e das comunidades. Destaca a importância da ênfase na busca por significado e construção de uma compreensão do mundo.

RELIGIÃO COMO IDENTIDADE

Refere-se à maneira como uma religião se entrelaça com a formação da identidade individual e coletiva. Esse conceito destaca que a religião não é apenas um sistema de reflexão ou práticas, mas também um componente fundamental na construção da identidade das pessoas e dos grupos. A religião pode ser uma fonte significativa de identidade pessoal, influenciando como os indivíduos se veem e se definem. Para muitos, a religião é uma parte central de quem é, moldando suas crenças, valores e comportamentos. Além disso, a religião contribui para uma identidade coletiva, unindo pessoas que compartilham opiniões e práticas semelhantes, criando um senso de pertencimento a um grupo maior. Essa perspectiva sugere que a busca por significado e pertencimento é uma parte fundamental da experiência humana, e a religião oferece um meio para satisfazer essa necessidade. Através da religião, os indivíduos podem encontrar um lugar no mundo e uma conexão com algo maior do que eles mesmos. A construção da identidade religiosa é influenciada por fatores sociais, culturais e históricos. Uma religião pode ser moldada por tradições familiares, contextos sociais e experiências pessoais. Além disso, a identidade religiosa pode interagir com outras dimensões da identidade, como etnia, gênero e classe social, criando uma rede complexa de identidades interligadas. O conceito de religião como identidade tem sido explorado por diversos teóricos, incluindo Hans Mol, que argumentou que a religião é uma necessidade antropológica básica relacionada à identidade (DURKHEIM, 2001, apud SANTOS, 2018, p. 191). Essa ideia se conecta com abordagens contemporâneas que consideram a religião como uma questão de escolha pessoal e atribuição social, refletindo a diversidade de experiências religiosas na sociedade atual. Por tanto, o conceito de Religião como Identidade enfatiza a importância da religião na formação da identidade individual e coletiva. Se destaca como a religião pode ser uma fonte de significado, pertencimento e expressão em um mundo diversificado, ao mesmo tempo em que apresenta desafios e dificuldades em contextos sociais complexos.

2.2 DESENVOLVIMENTO INFANTIL

O período da segunda infância, dos três aos seis anos de idade, é um período crítico do desenvolvimento humano, com mudanças físicas, cognitivas e sociais significativas. Durante este período, o crescimento físico das crianças é mais lento do que na primeira infância, mas as suas capacidades motoras e progressivas melhoram notavelmente (PAPALIA; OLDS, 2000,

cap. 7). Tornam-se mais ágeis e melhoram a sua capacidade de realizar atividades que requerem destreza, como correr, saltar, atar cadarços e desenhar (PAPALIA; OLDS, 2000, cap. 7). Cognitivamente, o desenvolvimento da linguagem e do pensamento acelera-se na segunda infância da criança. As crianças começam a expandir o seu vocabulário, a melhorar a sua gramática e a desenvolver competências de conversação que constituem a base da comunicação e da interação social (PAPALIA; OLDS, 2000, cap. 7). Além disso, de acordo com a abordagem piagetiana, as crianças nesta fase encontram-se nos estádios preliminares da utilização da lógica de uma forma mais intuitiva, embora ainda não sejam capazes de efetuar operações lógicas complexas (PAPALIA; OLDS, 2000, cap. 7). A educação desempenha um papel importante durante este período e a educação pré-escolar é uma fase importante para alargar o ambiente físico, cognitivo e social da criança. Em suma, a segunda infância é um período de crescimento e desenvolvimento multifacetado, durante o qual as crianças não só aperfeiçoam as suas capacidades físicas e cognitivas, como também começam a formar as suas identidades sociais e emocionais. A interação entre o desenvolvimento pessoal, a influência da educação e da família é fundamental para o sucesso das crianças durante este período. Nos anos da segunda infância, as crianças têm um crescimento físico notável e melhoram as suas capacidades motoras e progressivas. Esta melhoria das capacidades motoras é crucial para a confiança e a independência das crianças.

Não apenas focando no desenvolvimento infantil relacionado nas interações sociais e no físico, o sono desempenha um papel importante na saúde física e mental das crianças, os padrões de sono e as perturbações do sono em crianças pequenas são um tema de grande importância para o desenvolvimento infantil. Durante o período da segunda infância, aproximadamente dos 2,5 aos 6 anos de idade, os padrões de sono alteram-se significativamente. A maioria das crianças desta idade dorme cerca de 11 horas por noite e muitas vezes renuncia dormidas durante o dia (PAPALIA; OLDS, 2000, cap.7). Esta transição é importante porque um sono adequado está diretamente relacionado com o desenvolvimento cognitivo, emocional e físico. Os distúrbios do sono, como o sonambulismo e os terrores noturnos, são comuns nas crianças pequenas. As perturbações do sono podem indicar problemas emocionais e psicológicos subjacentes e não apenas preocupações isoladas. As perturbações persistentes do sono podem ser um sinal de uma perturbação emocional que requer avaliação e intervenção (PAPALIA; OLDS, 2000, cap. 7). Portanto, os padrões de sono e os distúrbios do sono nas crianças pequenas são complexos e multifacetados. Compreender

estes padrões é essencial para promover a saúde e o bem-estar das crianças. A identificação precoce de perturbações do sono e práticas parentais eficazes podem melhorar a qualidade do sono da criança, o que, por sua vez, pode ter um impacto positivo no seu desenvolvimento geral. Educar os pais sobre a importância do sono e criar um ambiente de sono saudável é um passo importante para garantir as melhores condições para o crescimento e desenvolvimento saudáveis das crianças.

O desenvolvimento do cérebro nos primeiros anos de vida é um processo marcante e complexo, que estabelece as estruturas para a aprendizagem, o comportamento e a saúde mental ao longo da vida. Durante a infância, especialmente entre os 1 e os 6 anos de idade, o cérebro humano cresce rápida e significativamente: aos 3 anos de idade, o cérebro de uma criança atinge aproximadamente 90% do peso de um cérebro adulto (PAPALIA; OLDS, 2000, cap. 7). Este crescimento caracteriza-se por um aumento da densidade das sinapses, que atinge o seu pico por volta dos quatro anos de idade (PAPALIA; OLDS, 2000, cap. 7). Esta característica é conhecida como “conetividade exuberante”, em que o cérebro forma um número excessivo de ligações neuronais, que são podadas pela experiência, um processo que contribui para a plasticidade do cérebro humano (PAPALIA; OLDS, 2000, cap. 7). A mielina, uma substância que restaura os axônios das fibras nervosas e acelera a condução nervosa, continua a formar-se durante este período crítico. Este processo de mielinização é fundamental para o desenvolvimento motor e cognitivo, pois permite que os sinais nervosos sejam transmitidos de forma mais eficiente. Aos 5 anos de idade, o cérebro já atingiu cerca de 90% do seu volume máximo (PAPALIA; OLDS, 2000, cap. 7), o que indica que estão desenvolvendo as bases para a aprendizagem e o desenvolvimento futuros.

De maneira conclusiva a segunda infância é de grande importância na vida de uma criança, nessa fase ela desenvolve o corpo em todas as áreas; físico, cognitivo, emocional e o seu lado social como criança. Nesta fase a participação em programas educacionais e interação social são fundamentais para o progresso do seu desenvolvimento, além disso, a preparação adequada para a escola, que inclui o envolvimento dos pais e um ambiente doméstico rico em estímulos, é fundamental para o sucesso escolar a longo prazo. É um momento importante na fase de vida de uma criança por ser um momento de descobertas e de grandes mudanças e conhecimento de si mesmo no mundo, ficando mais sensível e desenvolvendo cada vez mais suas habilidades sociais e emocionais, conseguindo seguir

instruções e comportamentos regulares, que são importantes para o desenvolvimento nas seguintes etapas da educação. Então, investir na segunda infância é primordial não apenas pelo progresso individual de uma criança, mas também para a construção de uma sociedade mais estruturada e assertiva, bem-sucedida, sendo ofertado de maneira justa um bom desenvolvimento, podendo assim alcançar o seu potencial máximo

2.3 TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

TEORIA DO DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL DE ERIK ERIKSON

Erik Erikson foi um psicólogo e psicanalista influente que desenvolveu a teoria do desenvolvimento psicossocial, que descreve como a personalidade se desenvolve ao longo da vida em oito fases distintas. Ele nasceu em 15 de junho de 1902 e faleceu em 1994, filho de pai protestante e mãe judia. Ele se destacou como um importante psicólogo e psicanalista, e sua obra teve um impacto significativo na psicologia do desenvolvimento. Sua obra mais conhecida, "Infância e Sociedade" (1950), explora a interação entre o desenvolvimento individual e as influências sociais e culturais. Erikson é conhecido por sua teoria do desenvolvimento psicossocial, que consiste em o conhecido desenvolvimento psicossocial — individuação — em oito fases. Em cada fase, o indivíduo deve resolver uma crise resultante do conflito com a qualidade do meio social ou do confronto. Ele afirma que "com a solução de uma crise ascende epigeneticamente um determinado componente da personalidade." (VERISSIMO, 2002). Influência Cultural, Erikson também enfatizou a importância do contexto cultural no desenvolvimento humano. Ele observou que cada pessoa pode passar de maneiras diferentes conforme a cultura envolvente, as situações concretas, a personalidade. Isso reflete sua crença de que, embora existam fases universais, a experiência de cada indivíduo é única (VERISSIMO, 2002).

Erikson destacou que a formação da identidade é um processo contínuo e que "a resolução do conflito característico de uma determinada fase pode ter dado específico" (VERISSIMO, 2002). Isso implica que a identidade é moldada por experiências e crises ao longo da vida. O trabalho de Erikson contribuiu para a compreensão do desenvolvimento humano em um contexto social e cultural.

FASES DO DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL

Os avanços do desenvolvimento psicossocial, propostos por Erik Erikson, são uma contribuição significativa para a compreensão do desenvolvimento humano ao longo da vida. Erikson é autor de oito estágios, cada um caracterizado por uma crise ou desafio que o indivíduo deve enfrentar. A resolução bem sucedida dessas crises resulta em um desenvolvimento saudável da personalidade e da identidade. A primeira etapa, que ocorre na infância, é denominada Confiança x Desconfiança. Durante esse período, que vai do nascimento até aproximadamente 18 meses, a criança aprende a confiar em seus cuidadores e no ambiente. Se as necessidades básicas forem atendidas, a criança desenvolve um senso de confiança. Caso contrário, pode surgir desconfiança em relação ao mundo (RABELLO, 2008). A segunda etapa, Autonomia versus Vergonha e Dúvida, ocorre entre 18 meses e 3 anos. Aqui, a criança começa a explorar sua independência. Se os cuidadores incentivam a autonomia, a criança se sente segura para explorar. Se, por outro lado, você é controlado, pode desenvolver vergonha e dúvida sobre suas habilidades (RABELLO, 2008).

A terceira etapa, Iniciativa versus Culpa, se estende de 3 a 6 anos. Nesta fase, a criança começa a afirmar-se e a tomar iniciativas. O apoio dos adultos é crucial; se uma criança for encorajada, ela se sentirá capaz e confiante. Se for desanimado, pode se sentir culpado por suas iniciativas. O quarto estágio, Indústria versus Inferioridade, ocorre entre 6 e 12 anos. Durante a escolarização, a criança se insere em um contexto social mais amplo e aprende a lidar com as expectativas sociais. O sucesso nesta fase leva a um senso de competência, enquanto o fracasso pode resultar em sentimentos de inferioridade (RABELLO, 2008). A quinta etapa, Identidade versus Confusão de Papéis, é crucial na adolescência, entre 12 e 18 anos. Os jovens exploram diferentes identidades e papéis sociais. Uma resolução bem-sucedida dessa crise resulta em uma identidade sólida, enquanto a confusão pode levar a uma crise de identidade. A sexta etapa, Intimidade versus Isolamento, ocorre na idade adulta jovem, entre 18 e 40 anos.

Aqui, o foco está nas relações íntimas. O sucesso nesta fase leva a relacionamentos saudáveis, enquanto o fracasso pode resultar em isolamento (RABELLO, 2008). A sétima etapa, Generatividade versus Estagnação, se estende de 40 a 65 anos. Nesta fase, os indivíduos procuram contribuir para a próxima geração, seja através da criação de filhos ou do

envolvimento em atividades sociais. O sucesso leva a um senso de realização, enquanto a estagnação pode resultar em um sentimento de falta de propósito.

Finalmente, o oitavo estágio, Integridade versus Desespero, ocorre na Velhice, a partir dos 65 anos. Os indivíduos refletem sobre suas vidas e buscam um sentido de integridade. Se olhar para suas vidas com satisfação, sintonia e integridade; caso contrário, podem experimentar desespero (RABELLO, 2008). Em suma, o progresso do desenvolvimento psicossocial de Erikson oferece uma estrutura valiosa para entender como as experiências e desafios ao longo da vida moldam a identidade e a personalidade. Cada estágio é interligado, e a forma como as crises são resolvidas influencia as fases subsequentes do desenvolvimento humano.

TEORIA DO APEGO DE JOHN BOWLBY

John Bowlby foi um psiquiatra e psicanalista inglês, legitimamente reconhecido como o fundador da Teoria do Apego. Nascido em 1907, Bowlby dedicou sua carreira ao estudo dos efeitos do cuidado materno sobre o desenvolvimento infantil, especialmente em relação ao impacto do cuidado inadequado na primeira infância. Suas objeções sobre a ansiedade e o desconforto de crianças pequenas em relação à separação de seus cuidadores foram fundamentais para o desenvolvimento de suas teorias. Bowlby ficou com as evidências que mostraram os efeitos adversos do rompimento na interação com a figura materna, o que o levou a investigar mais profundamente essas dinâmicas (DALBEM, 2005). Os estudos iniciais de Bowlby, realizados nas décadas de 1940 e 1950, foram influenciados por diversas disciplinas, incluindo psicanálise, biologia evolucionária, etologia e psicologia do desenvolvimento. Ele buscou alternativas embasadas cientificamente para se defender dos reducionismos teóricos, enfatizando a importância dos mecanismos de adaptação ao mundo real e das competências humanas (DALBEM, 2005). A obra de Bowlby continua a ser uma referência essencial na psicologia, influenciando tanto a pesquisa quanto a prática clínica.

TEORIA DO APEGO: CONCEITOS BÁSICOS

A Teoria do Apego, desenvolvida por John Bowlby, é um marco na compreensão das relações emocionais entre crianças e seus cuidadores. Bowlby (1973/1984) argumenta que a presença de uma figura de apego, que é responsiva e disponível, é fundamental para o

desenvolvimento de um sentimento de segurança na criança, o que fortalece o vínculo afetivo (DALBEM, 2005). Essa teoria sugere que os laços formados na infância têm um impacto significativo nas relações interpessoais ao longo da vida. Bowlby baseou suas teorias em uma ampla gama de disciplinas, incluindo psicanálise, biologia evolucionária e etologia. Ele propôs que os bebês nascessem com um conjunto de comportamentos inatos que promovessem a proximidade com seus cuidadores, como chorar, sorrir e buscar contato físico. Esses comportamentos são visíveis como mecanismos adaptativos que garantem a sobrevivência da criança, aumentando a probabilidade de receber cuidados e proteção (DALBEM, 2005). Um conceito central da Teoria do Apego é a ideia de que as experiências de apego na infância influenciam o desenvolvimento de modelos internos de funcionamento, que são representações mentais das relações interpessoais. Esses modelos internos guiam as expectativas e comportamentos em relacionamentos futuros.

Bowlby (1989) sugere que as primeiras relações de apego previstas na infância têm um impacto no estilo de apego do indivíduo ao longo de sua vida, moldando suas interações sociais e emocionais (DALBEM, 2005). Bowlby também destacou a importância da consistência e da sensibilidade dos cuidadores. A qualidade do cuidado recebido na infância pode resultar em diferentes estilos de apego, que podem ser classificados como seguros ou inseguros. Crianças que experimentam cuidados consistentes e responsivos tendem a desenvolver um apego seguro, enquanto aquelas que enfrentam cuidados inconsistentes ou negligentes podem desenvolver estilos de apego inseguros, como o apego evitativo ou ambivalente (DALBEM, 2005). Além disso, Bowlby enfatizou que o apego não é apenas uma questão de dependência emocional, mas também um fator crucial para o desenvolvimento da autonomia e da capacidade de explorar o ambiente. A fornecida pela figura de apego permite que a criança se sinta segura para explorar o mundo ao seu redor, sabendo que pode retornar a um porto seguro quando necessário. Portanto, a Teoria do Apego de John Bowlby oferece uma compreensão profunda das dinâmicas emocionais que moldam o desenvolvimento humano. Ao enfatizar a importância das relações iniciais e a influência dessas experiências, Bowlby localizou uma base teórica que continua a ser relevante na psicologia contemporânea, influenciando tanto a pesquisa quanto a prática clínica.

TEORIA COGNITIVA DE JEAN PIAGET

Jean Piaget (1896-1980) foi um psicólogo e epistemólogo suíço, totalmente reconhecido por suas contribuições ao entendimento do desenvolvimento cognitivo infantil. Sua obra revolucionou a psicologia e a educação, oferecendo uma nova perspectiva sobre como as crianças pensam e aprendem. Piaget dedicou mais de cinquenta anos de sua vida à pesquisa, resultando em uma vasta produção acadêmica que inclui centenas de publicações. Um dos conceitos centrais na teoria de Piaget é a ideia de que o desenvolvimento cognitivo ocorre em ações. Ele inclui quatro estágios principais: o estágio sensório-motor, o estágio pré-operacional, o estágio das operações concretas e o estágio das operações formais. Cada um desses estágios representa uma forma distinta de pensar e compreender o mundo. Como ele mesmo descreveu, "os estágios evoluem como uma espiral, de modo que cada estágio engloba o anterior e o amplia" (SANTOS, 2006). Piaget também dinamizou os processos de "assimilação" e "acomodação" como fundamentais para a aquisição do conhecimento. A assimilação refere-se à incorporação de novas informações em estruturas cognitivas já existentes, enquanto a acomodação envolve a modificação dessas estruturas para integrar novas experiências. Ele afirmou que "durante a aquisição do conhecimento, a criança utiliza-se de dois processos simultâneos: a organização interna e a adaptação ao meio que ocorre via "assimilação" e "acomodação" (SANTOS, 2006). Além de suas teorias sobre o desenvolvimento cognitivo, Piaget também explorou a relação entre a linguagem e o pensamento, bem como a moralidade e a lógica nas crianças. Sua abordagem enfoca que o conhecimento não é simplesmente transmitido, mas construído pelo aprendiz através da interação com o ambiente.

O impacto do trabalho de Piaget na educação é inegável. Suas ideias influenciaram práticas pedagógicas, promovendo uma abordagem mais centrada no aluno, onde a exploração e a descoberta são valorizadas. A compreensão de que as crianças não são apenas receptoras passivas de informação, mas ativas na construção do seu próprio conhecimento, transformou a forma como os educadores abordam o ensino. Em resumo, Jean Piaget deixou um legado duradouro na psicologia e na educação, fornecendo uma base teórica sólida para entender o desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem. Suas teorias continuam a ser estudadas e aplicadas, refletindo a importância de sua obra na formação do conhecimento sobre como as crianças pensam e aprendem.

ABORDAGEM COGNITIVA

A abordagem Cognitiva é um estudo voltado para o comportamento humano, o ato de conhecer e analisar a mente do homem, o modo ao qual ele descobre e entende o mundo, passando pelo processo de estímulo e resposta. A Cognição é o estudo do processo ao qual o ser humano passa ao “colocar” significado no mundo. A maneira pela qual ele retém informação e como ele processa.

A cognição é o processo por meio do qual o mundo de significados tem origem. Os significados não são entidades estáticas, mas pontos de partida para a atribuição de outras significações que possibilitam a origem da estrutura cognitiva sendo as primeiras equivalências utilizadas como uma ponte para a aquisição de novos significados. (SANTOS, 2006).

Jean Piaget, por seu trabalho com crianças, estabeleceu vários estágios do desenvolvimento humano. Para ele, o desenvolvimento da criança acontece em quatro níveis. Cada nível é uma nova forma de interrelação da criança com o mundo. Iniciando com a fase sensório-motora, a criança descobre através da exploração e do uso de sentidos elementos e ideias básicas como a dos objetos permanentes. Para o nível não pré-operacional, embora a imaginação comece a se desenvolver, a criança ainda pensa de forma egocêntrica e de maneira não lógica. É nas operações concretas, em torno de sete a onze anos, que começa a ser desenvolvida a lógica em relação ao que é palpável (FAGUNDES, 2022). E, finalmente, na fase das operações formais a criança avança ao pensamento abstrato podendo aí desenvolver e resolver problemas mais difíceis e trabalhar com ideias hipotéticas. As alterações entre cada um dos níveis não ocorrem de forma abrupta e não são determinadas apenas pelo crescimento da criança, ela vive num contexto sociocultural que amplia a sua base de referencial e identidade (FAGUNDES, 2022).

Na segunda infância, que se estende dos 2 a 7 anos, ocorrem várias mudanças essenciais das estruturas cognitivas nas crianças, segundo as evidências que foram apresentadas por Jean Piaget. Aqui nota-se que alguns dos desenvolvimentos salientados são os seguintes: Desenvolvimento da Linguagem, uma parte da linguagem é considerada como instintiva durante essa idade; assim, nesse período, as crianças parecem começar a desenvolver habilidades de comunicação verbal, o que, por sua vez, marca uma evolução significativa em termos de seus esforços comunicativos.

Assim, a linguagem começa a ser um dos fatores importantes da relação social e dos processos cognitivos. (FAGUNDES, 2022). Pensamento Simbólico, as crianças começam a usar o símbolo para significar outras pessoas ou eventos que foram experimentados anteriormente, como em jogos de representação, onde crianças representam cenas da vida real que ajudam na imaginação e na criatividade (FAGUNDES, 2022). Egocentrismo, para crianças nesta fase existem algumas limitações em termos de como o mundo é percebido, limitações incluem a inclusão de mundos e a compreensão de que outras pessoas não veem a mesma imagem. Isso indica um nível de desenvolvimento cognitivo nesta fase. Raciocínio Intuitivo, para fazer generalizações com base em experiências pessoais, o pensamento das crianças é mais intuitivo do que lógico. Também é afirmado que elas são incapazes de aplicar regras lógicas de maneira sistemática, o que inclina sua capacidade de raciocínio a ser limitada (FAGUNDES, 2022). Conservação, as crianças nessa fase ainda não desenvolveram uma compreensão do conceito de conservação. Esta é a noção de que se algo muda de forma, mas a quantidade permanece a mesma, ainda mantém seu volume total. Esta limitação é indicativa do estágio de desenvolvimento em que uma criança se encontra. Classificação e Seriação, apesar de as crianças começarem nessa idade a serem capazes de formar grupos de objetos de acordo com propriedades simples, como cor ou formas, a lógica ainda é um problema para elas na categorização desses objetos dentro de estruturas, o que se deve às suas limitações cognitivas nessa idade.

Desenvolvimento da Imaginação, a imaginação da criança passa por uma grande expansão, à medida que ela se torna capaz de pensar em histórias novas e mais complicadas e em circunstâncias alteradas para seus jogos. Este desenvolvimento é um indicador de mudanças cognitivas e emocionais positivas que ocorrem na criança durante o terceiro ano. Esses desenvolvimentos são fundamentais para a formação das bases que permitirão o desenvolvimento de habilidades mais complexas nos projetos seguintes, conforme Piaget descrito em sua teoria do desenvolvimento cognitivo (FAGUNDES, 2022).

LINGUAGEM E COGNIÇÃO

Jean Piaget abordou a relação entre linguagem e cognição de maneira a enfatizar que, embora a linguagem seja uma ferramenta importante para a expressão do pensamento, ela não é a única responsável pelo desenvolvimento cognitivo. Aqui alguns pontos sobre a perspectiva de Piaget em relação à linguagem e cognição. Desenvolvimento Cognitivo Independente:

Piaget defende que o desenvolvimento cognitivo ocorre no desenvolvimento e que a linguagem é uma consequência desse desenvolvimento, e não o seu motor. Ele argumentava que as crianças desenvolviam suas capacidades cognitivas por meio de interações com o ambiente, e a linguagem surgia como uma forma de expressar esses pensamentos já formados (FAGUNDES, 2022). Egocentrismo Linguístico: Piaget destacou que, nessa fase, a linguagem das crianças é frequentemente egocêntrica, o que significa que elas falam principalmente sobre as mesmas coisas e têm dificuldade em considerar o ponto de vista dos outros. Isso reflete uma limitação em sua capacidade de compreensão e compreensão social. Relação com a Realidade: Para Piaget, a linguagem é uma representação da realidade, mas não é um reflexo direto do pensamento. Ele argumentou que a linguagem não expressava o "pensamento puro", mas sim uma interpretação do mundo que a criança construiu através de suas experiências. Função da Linguagem na Educação: Piaget enfatiza que a educação deve considerar o estágio de desenvolvimento cognitivo da criança.

A linguagem deve ser utilizada como uma ferramenta para facilitar a aprendizagem, mas deve ser adaptada ao nível de compreensão da criança, respeitando seu desenvolvimento cognitivo (FAGUNDES, 2022). Esses pontos refletem a visão de Piaget sobre a linguagem como um aspecto importante do desenvolvimento cognitivo, mas que não deve ser visto como o único fator determinante nesse processo. A linguagem é uma expressão do pensamento que se desenvolve à medida que a criança avança em sua compreensão do mundo.

3. RELIGIÃO E SUAS INFLUÊNCIAS

3.1 INFLUÊNCIAS POSITIVAS

SAÚDE E BEM-ESTAR MENTAL

A espiritualidade foi reconhecida como um fator significativo na promoção da saúde mental e do bem-estar. De acordo com o estudo apresentado, a religiosidade e a espiritualidade exercem influência sobre hábitos, comportamentos e a qualidade de vida, impactando diretamente o enfrentamento de dificuldades e, consequentemente, o bem-estar (OMAIS, SANTOS, 2022, p. 3). Essa relação é especialmente relevante num contexto em que a saúde mental é cada vez mais discutida e valorizada. A Psicologia Positiva, que se dedica a estudar os fatores que colaboram para o funcionamento positivo do ser humano, oferece uma estrutura teórica que ajuda a compreender como a espiritualidade pode contribuir para a saúde mental. Omais e Santos destacam que a espiritualidade pode estar associada a estados emocionais mais positivos, o que, por sua vez, repercute no funcionamento do corpo e na saúde física (OMAIS, SANTOS, 2022, p. 15). Essa conexão entre saúde mental e espiritualidade sugere que práticas espirituais podem promover um estado de bem-estar que transcende a mera ausência de doenças. Além disso, a espiritualidade pode fornecer um sentido de propósito e significado na vida, elementos que são fundamentais para a resiliência emocional. A busca por um propósito de vida, conforme indicado, é uma contribuição essencial para que ocorra realizações ao longo da vida (OMAIS, SANTOS, 2022, p. 15).

Quando as pessoas se sentem conectadas a algo maior, seja através de práticas religiosas ou de uma espiritualidade mais ampla, elas tendem a desenvolver uma maior capacidade de enfrentar adversidades e cultivar emoções positivas. Os autores também apontam que a espiritualidade pode atuar como um recurso de enfrentamento em momentos de crise. A prática de meditação, oração ou reflexão espiritual pode ajudar a reduzir a ansiedade e o estresse, promovendo um estado de calma e clareza mental. Isso é demonstrado pela ideia de que a R/E (religião e espiritualidade) pode gerar estados emocionais mais positivos, que são fundamentais para a saúde mental, “Se a R/E tem a capacidade de contribuir para gerar estados emocionais mais positivos, isso consequentemente repercute de alguma forma sobre o funcionamento do corpo” (OMAIS, SANTOS, 2022, p. 15).

Além disso, a espiritualidade pode fomentar conexões sociais e comunitárias, que são essenciais para o suporte emocional. A participação em comunidades religiosas ou grupos espirituais pode proporcionar um senso de pertencimento e apoio, fatores cruciais para a saúde mental. A interação social e o apoio emocional são reconhecidos como elementos que são importantes para a resiliência e o bem-estar, reforçando a ideia de que a espiritualidade não é apenas uma experiência individual, mas também uma vivência coletiva. Por fim, a compreensão das interfaces entre saúde física e saúde mental é de fundamental importância para o estudo do bem-estar.

A espiritualidade, ao promover uma visão holística da saúde, pode ajudar a integrar as dimensões físicas, mentais, sociais e espirituais da vida. Essa abordagem mais inclusiva e integrativa é essencial para o desenvolvimento de disciplinas que visam não apenas a cura de doenças, mas também a promoção de uma vida plena e significativa. Em suma, a espiritualidade desempenha um papel crucial na saúde mental, oferecendo recursos para o enfrentamento de dificuldades, promovendo emoções positivas e fortalecendo conexões sociais. A integração da espiritualidade na prática da saúde mental pode, portanto, ser uma estratégia avançada para melhorar a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas.

A religião é uma dimensão significativa que pode contribuir para uma melhor qualidade de vida, especialmente no contexto da saúde mental. A revisão integrativa realizada por Campos e Murakami (2012) destaca que a religiosidade não apenas oferece suporte emocional, mas também promove comportamentos que favorecem a saúde. Os autores afirmam que:

A religião é uma dimensão que pode contribuir positivamente no tratamento do paciente com doença mental, por proporcionar continência emocional e social e ensinamentos de costumes que incentivam a qualidade de vida. (MURAKAMI, CAMPOS, 2012, p.1)

Um dos aspectos mais relevantes da religiosidade é a sua capacidade de influenciar positivamente o estado de saúde dos indivíduos. A prática religiosa frequentemente ensina e incentiva comportamentos de proteção, como a abstinência de álcool e tabaco, além de promover atitudes positivas, como a oração e a meditação. Essas práticas não oferecem apenas conforto emocional, mas também ajudam na redução do estresse, contribuindo assim para uma saúde mental mais robusta. Como mencionado pelos autores, “a maioria dos estudos

indica que a religiosidade é um aspecto determinante da vida humana e, que geralmente, tem uma associação positiva com boa saúde mental, promovendo a qualidade de vida” (MURAKAMI, CAMPOS, 2012, p.6). Além disso, a religiosidade pode servir como um recurso importante em momentos de crise, oferecendo um sentido de propósito e pertencimento. A conexão com uma comunidade religiosa pode fornecer apoio social, que é fundamental para o bem-estar emocional.

A pesquisa revela que “a religião também influencia positivamente o estado de saúde”, indicando que a prática religiosa pode ser um fator protetor contra problemas de saúde mental (MURAKAMI, CAMPOS, 2012, p.6). Estudos epidemiológicos indicam que a espiritualidade e a religiosidade estão associadas a melhores resultados de saúde, especialmente para aqueles que estão se recuperando de doenças físicas e mentais. Indivíduos que se identificam como pouco religiosos ou que têm um bem-estar espiritual baixo apresentam maior risco de desenvolver transtornos mentais. Como afirmado no texto, "indivíduos pouco religiosos, com bem-estar espiritual baixo ou moderado, apresentam o dobro de chances de apresentarem transtornos mentais" (MURAKAMI, CAMPOS, 2012, p.3).

Entretanto, é importante reconhecer que a relação entre religião e saúde mental é complexa e multifacetada. Embora muitos estudos demonstrem os benefícios da religiosidade, também é necessário considerar que algumas experiências religiosas podem não se encaixar nos moldes do estudo científico tradicional. Em suma, uma religião pode ser uma dimensão vital que contribui para uma melhor qualidade de vida, especialmente no que diz respeito à saúde mental. A integração da religiosidade nos cuidados de saúde pode não apenas causar sofrimento, mas também promover um estado de bem-estar mais holístico. Portanto, é com esse conhecimento que os autores destacam como é essencial que os profissionais de saúde ampliem seu conhecimento sobre a religiosidade e considerem esses aspectos em suas práticas, oferecendo uma assistência de qualidade que respeite e valorize a atenção dos pacientes.

AUTOCONHECIMENTO E CRESCIMENTO PESSOAL

A religião tem um papel fundamental no autoconhecimento e no crescimento pessoal, oferecendo um espaço para reflexão, introspecção e conexão com valores mais profundos. A prática religiosa, conforme proposto por Coelho e Mahfoud (2001), é uma parte essencial da

busca por uma vida plena de sentido, permitindo que o ser humano explore sua dimensão espiritual e se conecte com uma realidade que o supera. Essa conexão pode ser uma descoberta poderosa para o autoconhecimento, pois leva os indivíduos a questionar suas crenças, valores e propósitos. Um dos principais benefícios da religião é a promoção da introspecção. Muitas tradições religiosas incentivam práticas como a meditação e a oração, que permitem aos indivíduos voltarem-se para dentro e examinarem suas emoções e pensamentos. Fong (2009) destaca que o autoconhecimento é um processo que leva o sujeito a um encontro profundo consigo mesmo, ajudando a compreender suas reações e a fazer escolhas mais conscientes. Essa reflexão interna é fundamental para que as pessoas possam identificar suas fraquezas e forças, possibilitando um crescimento pessoal significativo. Além disso, a religião oferece um conjunto de princípios éticos e morais que orientam o comportamento dos fiéis.

Esses princípios podem servir como um guia para a vida, ajudando as pessoas a estabelecer metas e a tomar decisões que promovam seu crescimento pessoal. As autoras Oliveira e Junges mencionam que, a prática religiosa pode ser positiva, pois "potencializa o sujeito, oferecendo-lhe um espaço coletivo que favorece e ajuda na sua organização" (OLIVEIRA, JUNGES, 2012, p.4). Ao se esforçarem para viver de acordo com esses valores, os indivíduos podem experimentar um senso de realização e propósito, essencial para o crescimento pessoal. A comunidade religiosa também desempenha um papel crucial no autoconhecimento e no crescimento pessoal. Participar de uma comunidade de fé proporciona um senso de pertencimento e apoio, permitindo que os indivíduos compartilhem suas experiências e aprendam uns com os outros. As autoras ainda mencionam que "A acolhida e o respeito pela experiência de cada um foram apontados como facilitadores para estabelecer um vínculo de confiança na terapia" (OLIVEIRA, JUNGES, 2012, p.4). Esse ambiente de apoio pode encorajar as pessoas a explorar suas opiniões e a se abrir para novas ideias, promovendo um diálogo que enriquece a compreensão de si mesmas e dos outros.

Outro aspecto importante é a forma como a religião pode ajudar as pessoas a lidar com crises e desafios pessoais. Muitas tradições religiosas oferecem narrativas e ensinamentos que ajudam os indivíduos a encontrar significado em situações difíceis. Segundo as autoras, "a busca por espiritualidade é uma busca por saúde mental" (OLIVEIRA, JUNGES, 2012, p.4). Essa busca por significado pode ser uma descoberta poderosa para o autoconhecimento, pois

leva os indivíduos a refletir sobre o que realmente importa em suas vidas. Ao enfrentar e superar essas dificuldades com o apoio de sua fé, as pessoas emergem mais fortes e mais conscientes de suas capacidades e resiliência. Além disso, uma religião pode promover a busca por um propósito maior na vida. Muitas tradições religiosas ensinam que a vida tem um significado que vai além das preocupações cotidianas, incentivando os indivíduos a se conectarem com algo maior do que eles mesmos. Essa conexão pode ser uma fonte de motivação e inspiração, levando as pessoas a se dedicarem a causas que promovam o bem-estar coletivo.

A prática da espiritualidade, quando bem integrada na vida do sujeito, também contribui de forma positiva para a saúde mental. A análise dos dados apresentados no texto sugere que a espiritualidade/religiosidade deve ser entendida como uma “experiência” que leva em consideração como o sujeito se deixa indiferente e como interpreta essas experiências, além do que elas são produzidas em termos de sentido para sua vida (OLIVEIRA, JUNGES, 2012, p.7). Essa perspectiva enfatiza a importância de um processo de autoconhecimento que não apenas busca entender o mesmo, mas também como as experiências espirituais moldam a identidade e a saúde mental do indivíduo. A prática religiosa, portanto, não é apenas uma questão de crença, mas um caminho para o autoconhecimento e a transformação pessoal. Através da reflexão sobre suas experiências espirituais, os indivíduos podem desenvolver uma compreensão mais profunda de si mesmos e de suas relações com os outros e com o mundo. Isso é especialmente relevante em um contexto onde a saúde mental é uma preocupação crescente, e a espiritualidade pode oferecer recursos para enfrentar situações estressantes, inevitáveis na vida, mantendo um bom nível de saúde (PARGAMENT et al., 1998).

Em suma, uma religião pode ser uma aliada poderosa no processo de autoconhecimento e crescimento pessoal. Por meio da introspecção, da prática de valores éticos, do apoio comunitário e da busca por significado, a religião oferece ferramentas valiosas que ajudam os indivíduos a se tornarem mais conscientes de si mesmos e a se desenvolverem em direção a uma vida mais plena e significativa. A integração da espiritualidade na vida cotidiana pode, portanto, ser um caminho eficaz para o fortalecimento da saúde mental e do bem-estar integral. A busca por espiritualidade, conforme recomendado, é uma busca por saúde mental, e essa jornada pode levar a um autoconhecimento profundo e a um crescimento pessoal significativo.

3.2 INFLUÊNCIAS NEGATIVAS

Embora a religião e a espiritualidade possam oferecer suporte e conforto a muitos indivíduos, também é crucial considerar os aspectos negativos que podem surgir dessa relação, especialmente no contexto da saúde mental. A literatura aponta que, em algumas situações, a religiosidade pode se tornar um fator prejudicial, agravando problemas de saúde mental em vez de mitigá-los. Por exemplo, Corrêa, Olandoski e Holanda (2017) discutem que o enfrentamento religioso pode ser negativo quando não contribui para a adaptação do indivíduo, indicando que a busca de soluções espirituais pode, em certos casos, dificultar o enfrentamento de situações adversas. Além disso, Andrade, Cedaro e Batista (2018) ressaltam que a oposição de líderes religiosos ao tratamento psicossocial pode levar a um conflito interno nas famílias, onde a fé em uma cura espiritual pode resultar na negação da necessidade de cuidados médicos adequados.

Essa dinâmica pode ser particularmente desafiadora, pois os indivíduos que se sentem pressionados a escolher entre a fé e o tratamento podem experimentar um aumento da ansiedade e do desespero, comprometendo ainda mais sua saúde mental. Portanto, é fundamental abordar a religiosidade de maneira crítica, considerando tanto seus benefícios quanto seus riscos potenciais, a fim de promover um cuidado mais holístico e eficaz para aqueles que enfrentam desafios de saúde mental.

INFLUÊNCIA E FANATISMO RELIGIOSO

A religião, embora muitas vezes vista como fonte de conforto e apoio, também pode apresentar riscos importantes para a saúde mental, especialmente quando não é praticada de forma equilibrada. A literatura especializada aponta que a religiosidade pode, em alguns casos, contribuir para o desenvolvimento de transtornos mentais ou agravar condições já existentes. Um dos principais problemas é a manipulação que indivíduos vulneráveis podem sofrer por líderes religiosos, levando-os a abandonar tratamentos psiquiátricos em favor de curas baseadas na fé. Isso pode resultar em uma piora significativa da saúde mental, como observado na afirmação de que "pacientes psiquiátricos são facilmente manipulados pelo discurso de religiões avivadas" (SILVA, SANTOS, 2023, p. 1). Além disso, a religiosidade pode gerar sentimentos patológicos de culpa e ansiedade. Lotufo Neto (1997), em sua análise, destaca que a religião pode "gerar níveis patológicos de culpa" e "promover o auto

denegrir-se” (2023 apud SILVA, SANTOS, p. 11). Aqueles que minam a autoestima dos indivíduos e criam um ambiente propício para a repressão de emoções, como a raiva, que, se não expressas, podem levar a problemas de saúde mental mais graves. Outro aspecto preocupante é a relação entre fanatismo religioso e saúde mental. Quando a religiosidade se torna extrema, pode resultar em comportamentos que não prejudicam apenas o indivíduo, mas também aqueles ao seu redor. O fanatismo pode levar a ações que colocam em risco a vida de indivíduos e terceiros, mostrando um problema que exige atenção dos profissionais de saúde mental (SILVA, SANTOS, 2023, p. 2). A literatura também menciona que a dependência de crenças religiosas pode inibir a autodeterminação e a sensação de controle interno, dificultando o crescimento pessoal e a autonomia (SILVA, SANTOS, 2023, p. 2). Além disso, a crítica à metodologia de pesquisa em religião e saúde mental é relevante. Dalgalarrondo (2008) aponta que a aplicação de uma abordagem positivista em temas subjetivos e complexos, como a religiosidade, pode resultar em conclusões úteis.

Isso sugere a necessidade de uma investigação mais profunda e contextualizada sobre como a religião impacta a saúde mental, considerando as particularidades das práticas religiosas e suas diversas manifestações. Em suma, embora a religião possa oferecer suporte emocional e um sentido de pertencimento, é crucial considerar os riscos associados à sua prática desmedida. A manipulação por líderes religiosos, a geração de culpa e ansiedade, e o potencial para o fanatismo são fatores que podem comprometer a saúde mental dos indivíduos. Portanto, é essencial que os profissionais de saúde mental tenham consciência dessas dinâmicas e abordem a religiosidade de maneira crítica e informada, promovendo um diálogo que favoreça o bem-estar sem desconsiderar a importância da saúde mental.

CULPA E ANSIEDADE

Já se fez notório o quanto a religião pode afetar e dominar o ser humano, sendo sempre importante manter-se em alerta, principalmente quando nosso bem-estar emocional está envolvido. Um dos aspectos mais preocupantes é o sentimento de culpa que pode ser intensificado por conta de crenças religiosas, “alguns aspectos religiosos podem causar sentimento de culpa, medo e ansiedade, especialmente quando se enfatiza o pecado, o castigo divino ou as possíveis consequências negativas após a morte” (SANTOS, 2024, p. 8). Essa ênfase em normas morais estritas e na ideia de proteção pode levar a um estado constante de

vigilância interna, onde o indivíduo se sente inadequado ou em dívida com suas opiniões. Além disso, a pressão para cumprir as expectativas religiosas pode resultar em ansiedade exacerbada. O mesmo autor destaca que

A pressão para cumprir certas expectativas religiosas, como a devoção constante, as opiniões dogmáticas ou a luta com uma religião que não está alinhada com seus valores pessoais, pode levar a problemas de saúde mental" (SANTOS, 2024 p. 11).

Essa luta interna pode criar um conflito significativo, onde uma pessoa se sente dividida entre suas opiniões e suas experiências pessoais, resultando em estresse emocional e psicológico. Outro ponto importante a ser considerado é a intolerância e o preconceito que podem surgir dentro de algumas comunidades religiosas. Santos ainda menciona que "algumas religiões podem promover visões estreitas e intolerantes em relação a grupos minoritários ou pessoas com diferentes crenças, o que pode levar ao isolamento social e ao aumento do estigma para aqueles que não se encaixam nos padrões estabelecidos" (SANTOS, 2024, p. 8). Esse isolamento pode intensificar sentimentos de solidão e desespero, contribuindo para a fuga da saúde mental. Além disso, a religiosidade pode, em alguns casos, ser utilizada como uma forma de controle ou manipulação, resultando em consequências negativas para a saúde mental. A imposição de normas rigorosas e a expectativa de conformidade podem criar um ambiente opressivo, onde a liberdade individual é sacrificada em nome da fé, "em alguns casos extremos, a religião pode ser usada como uma forma de controle, abuso ou manipulação, o que pode ter consequências negativas para a saúde mental" (SANTOS, 2024, p. 11).

Portanto, embora a religião possa oferecer conforto e esperança para muitos, é crucial considerar que, para outros, ela pode ser uma fonte de culpa, ansiedade e estresse. A compreensão da religiosidade de uma pessoa e como ela se relaciona é essencial para uma abordagem adequada e compassiva da saúde mental. Uma diversidade de religião deve ser respeitada, permitindo que cada indivíduo escolha sua própria abordagem para a religião e sua saúde mental, evitando assim os danos potenciais que uma prática religiosa mal orientada pode causar.

FREUD: RELIGIÃO E ILUSÃO

A visão de Sigmund Freud sobre religião e ilusão é um tema central em sua obra, especialmente em "O Futuro de uma Ilusão" (1927). Freud argumenta que a religião é uma forma de ilusão, uma crença que surge da realização dos desejos humanos. Ele considera a religião não apenas como uma neurose, mas como uma ilusão que reflete a nostalgia de um pai protetor, uma figura que oferece segurança diante das incertezas da vida e da natureza (SANTOS, 2018, p. 15). Freud distingue a ilusão das crenças delirantes, afirmando que, ao contrário dos delírios, que estão em contradição com a realidade, as ilusões podem ser realizáveis. Ele define a ilusão como algo que, embora possa ser irrealizável, não necessariamente contrária à realidade. Por exemplo, ele menciona que "uma moça de classe média pode ter a ilusão de que um príncipe aparecerá e se casará com ela. Isso é possível, e certos casos assim já existirão" (2018 apud SANTOS, p. 12).

Essa perspectiva sugere que as ilusões podem ter um fundamento na realidade, mesmo que sejam baseadas em desejos. Freud considera a religião como uma ilusão que serve aos interesses culturais e à realização dos desejos humanos. Em sua análise, Freud vê a religião como uma tentativa de resolver o sentimento de culpa que resulta da ambivalência em relação à figura paterna. Ele vê a religião como uma resposta ao sentimento de culpa e à ambivalência em relação à figura paterna, indicando que a crença em Deus é uma forma de lidar com a perda do pai primitivo e a culpa associada a isso. Essa relação entre o complexo do pai e a crença em Deus é uma das principais contribuições de Freud para a compreensão da psicologia religiosa (SANTOS, 2018, p. 2).

Assim, a religião se torna uma forma de lidar com a culpa e a ambivalência, oferecendo uma explicação para o funcionamento do cosmos e a proteção contra os desafios da vida. Freud também critica a religião como uma das "inimigas da razão", argumentando que a ciência deve triunfar sobre a religião, libertando a civilização de sua infância (SANTOS, 2018, p. 11). Ele acredita que a ciência pode fornecer um entendimento mais claro e racional do mundo, em contraste com as explicações religiosas que, segundo ele, são baseadas em ilusões e desejos não realizados. Essa crítica à religião é uma parte fundamental de sua defesa da psicanálise como uma disciplina científica. Além disso, Freud não aborda o princípio da religião, mas foca na relação pessoal que ele tem com a religião que conhece, refletindo sobre como os rituais e doutrinas religiosas tentam explicar a vida e a morte (SANTOS, 2018, p. 7).

Sendo assim, a visão de Freud sobre religião e ilusão é complexa e abrangente. Ele considera a religião uma construção psicológica que serve para atender a necessidades emocionais e psicológicas, mas que, ao mesmo tempo, pode ser um obstáculo para a compreensão racional da realidade. Através de sua obra, Freud convida os leitores a refletirem sobre as motivações subjacentes às suas crenças religiosas e a buscarem um entendimento mais profundo e científico da vida. A religião, para Freud, é uma ilusão que, embora possa oferecer conforto, não deve substituir a busca pela verdade e pela razão.

3.3 RELIGIÃO E IDENTIDADE

A religião desempenha um papel significativo na formação da identidade e nas experiências sociais das crianças, influenciando tanto seu desenvolvimento cultural quanto suas interações sociais. A pesquisa de Flávia Pires (2010), apresentando o artigo "Tornando-se adulto: uma abordagem antropológica sobre crianças e religião", revela como as crianças percebem e vivenciam a religião em suas comunidades, destacando a importância de considerar suas perspectivas. Um dos pontos centrais do estudo é a ideia de que, para as crianças pequenas, não há uma distinção clara entre atividades religiosas e não religiosas. Pires observa que “tudo se passa como se para as crianças pequenas não havia distinção entre uma atitude religiosa e outra não religiosa” (PIRES, 2010, p. 7). Isso sugere que as experiências religiosas são integradas ao cotidiano das crianças, moldando sua compreensão do mundo de maneira mais fluida e menos categórica do que ocorre com os adultos. Além disso, uma pesquisa indica que as relações sociais previstas no contexto religioso são fundamentais para o pertencimento das crianças em suas comunidades.

Pires menciona que “a busca por essa convivência social de fato influencia no comparecimento à igreja por parte dos adultos” (PIRES, 2010, p. 15), o que implica que as crianças também são influenciadas por essas dinâmicas sociais. A participação em atividades religiosas, como ir à igreja, não é apenas uma questão de fé, mas também uma oportunidade para fortalecer laços sociais e familiares. A experiência religiosa na infância é descrita como uma “experiência ordinária que ocorre de primeira mão” (PIRES, 2010, p. 3), o que sugere que as crianças vivenciam uma religião de maneira intensa e direta. Essa vivência é essencial para o desenvolvimento de um entendimento mais maduro da religião, que vê essa experiência como uma forma de conhecimento que não deve ser desconsiderada. Assim, uma religião pode ser vista como um meio pelo qual as crianças aprendem sobre valores, normas e a

cultura de sua comunidade. Por fim, Pires destaca a importância de investigar as redes de sociabilidade nas quais as crianças estão inseridas, afirmando que "pesquisar as crianças sem excluir os adultos é o projeto compartilhado" (PIRES, 2010 p. 14). Essa abordagem permite uma compreensão mais abrangente de como a religião e a cultura se entrelaçam na vida das crianças, influenciando não apenas suas crenças, mas também suas interações sociais e seu desenvolvimento emocional. Portanto, a religião tem um impacto profundo na infância, moldando a identidade cultural e social das crianças. A pesquisa de Pires evidencia que as experiências religiosas são vividas de maneira integrada ao cotidiano das crianças, influenciando suas relações sociais e sua compreensão do mundo ao seu redor.

4. IMPACTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DA RELIGIÃO NA INFÂNCIA

Neste capítulo iremos nos aprofundar sobre a influência que a religião exerce na infância, como isso reverbera através dela, e em como isso afeta de maneira positiva o desenvolvimento infantil. A infância é uma fase crucial na construção da identidade, dos princípios e da estrutura emocional de uma pessoa. Nesse cenário, a religião pode desempenhar um papel importante, afetando profundamente o crescimento psicológico das crianças (GONTIJO, 2022). Quando são ensinadas desde a infância, as tradições religiosas ajudam a construir uma perspectiva de vida, oferecendo soluções para dilemas existenciais, influenciando atitudes e fortalecendo laços emocionais dentro de um grupo de fé (MOREIRA-ALMEIDA; LOTUFO NETO; KOENIG, 2023). Entre os benefícios mais relevantes, está o fortalecimento do sentimento de pertencimento, a formação de uma identidade moral e a assimilação de valores como empatia, compaixão, solidariedade e respeito ao outro (SOUZA et al, 2023). A experiência religiosa pode oferecer segurança emocional, proporcionando alívio frente à medos naturais da infância, como o temor da morte ou abandono, através de histórias e símbolos reconfortantes. Entretanto, os efeitos da religião nem sempre são benéficos. Quando imposta de maneira inflexível, autoritária ou punitiva, a instrução religiosa pode causar sentimentos de culpa, medo intenso e preocupação (SANTOS et al, 2020). Assim, é importante levar em conta como a religião é mostrada e vivenciada no meio infantil. O apoio da família e a abordagem cuidadosa dos professores de religião são cruciais para assegurar que a vivência espiritual ajude no desenvolvimento emocional da criança, respeitando sua independência, seus direitos e sua liberdade de pensamento. É a partir desses pontos que foram citados que iremos ver de forma mais ampla os efeitos psicológicos que a religião pode afetar a infância de uma criança.

4.1 FORMAÇÃO DE IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO A PARTIR DA FÉ

A formação da identidade da criança a partir da fé é um processo complexo e multifacetado, que se inicia na infância e é moldado por diversas experiências e interações. A dissertação de Jéfferson Polidoro Ruaro Pimentel explora esse tema, enfatizando a importância da educação cristã e da vivência da fé na construção da identidade da criança. Um aspecto fundamental abordado no texto é que “as primeiras experiências da criança virão do contato com a sua mãe e com os demais adultos de referência” (PIMENTEL, 2014 p. 117). Isso indica que a formação da identidade está intimamente ligada às relações que a criança

estabelece com figuras significativas em sua vida, como pais, professores e outros adultos. Esses indivíduos não servem apenas como modelos a serem imitados, mas também como fontes de valores e crenças que a criança absorve. Através da observação e da interação, a criança começa a internalizar comportamentos e atitudes que moldarão sua identidade.

Jéfferson Polidoro ainda menciona que “a fé da criança, que é relacional, se transforma ao longo da infância a partir das experiências que ela vai viver” (PIMENTEL, 2014, p. 66). Essa afirmação ressalta que a fé não é um conceito estático, mas um aspecto dinâmico da vida da criança. À medida que ela vivencia diferentes situações e interação com seu ambiente, sua compreensão da fé e, conseqüentemente, de sua identidade, evolui. Além disso, destaca-se que “o meio em que uma criança está inserida pode influenciar na sua formação enquanto indivíduo e refletir na construção de sua fé” (PIMENTEL, 2014, p. 20). Isso implica que a identidade da criança é moldada não apenas por suas experiências pessoais, mas também pelo contexto social e cultural em que está inserida.

A educação cristã, ao proporcionar um ambiente de aprendizagem e convivência, permite que a criança explore a sua fé num contexto comunitário, o que é fundamental para a construção de uma identidade coesa e integrada. Também se ressalta que “as crianças formadas a partir de uma educação cristã explícita e consciente adquirem o discernimento necessário para que no futuro tenham um convívio social mais responsável e ativo” (PIMENTEL, 2014, p. 19). Isso indica que a formação da identidade não se limita à internalização de confiança, mas também envolve o desenvolvimento de habilidades sociais e éticas. A educação cristã, ao enfatizar valores como amor, solidariedade e respeito, prepara a criança para interagir de maneira construtiva com o mundo ao seu redor, promovendo uma identidade que valoriza a cidadania e o convívio pacífico. Por fim, o autor conclui que “a educação cristã, se utilizada como método pedagógico e interpretada de forma adequada, pode direcionar a criança para uma vivência ética focada na sabedoria do amor” (PIMENTEL, 2014, p. 13).

Essa afirmação destaca a importância de uma abordagem consciente na educação cristã, que não apenas ensina doutrinas, mas também promove um ambiente onde a criança pode desenvolver uma identidade que valoriza a ética e a moral. Em suma, a formação da identidade da criança a partir da fé é um processo que envolve a internalização de valores, a influência de modelos de referência e interação com a educação cristã, que desempenha um

papel fundamental nesse processo, proporcionando as bases fáceis para que uma criança se torne um indivíduo ético, consciente de seu papel na sociedade e capaz de viver sua fé de maneira significativa.

4.2 PROMOÇÃO DA AUTOESTIMA E AUTOCONTROLE

O autocontrole e a autoestima são dois aspectos fundamentais no desenvolvimento emocional e psicológico dos adolescentes, especialmente no contexto familiar e religioso. É necessário frisar a importância da religiosidade na formação da identidade dos jovens e na qualidade das relações familiares, destacando que a prática religiosa pode atuar como um fator protetivo que favorece tanto o autocontrole quanto a autoestima. O autocontrole é uma capacidade de emoções, comportamentos e impulsos regulares, permitindo que os indivíduos tomem decisões ponderadas e resistam à tentação. Durante a adolescência, essa habilidade é particularmente crucial, pois os jovens enfrentam uma série de desafios emocionais e sociais. Um artigo destaca bem isso, mostrando que “a adesão das práticas religiosas pode ser considerada como um fator protetivo, uma vez que permite o fortalecimento de vínculos no relacionamento familiar” (Becker, 2015, et al p. 2). Essa afirmação sugere que a religiosidade pode proporcionar um ambiente que favorece o desenvolvimento do autocontrole. A prática de atividades religiosas, como orações e reflexões, pode oferecer aos adolescentes um espaço para a autoavaliação e a reflexão sobre suas ações, contribuindo para a construção de uma maior capacidade de autocontrole.

Além disso, a autoestima, que se refere à percepção de que um indivíduo tem de seu próprio valor, é igualmente influenciada pelo ambiente familiar e pelas relações sociais. As autoras do artigo *O impacto da religiosidade na relação entre pais e filhos adolescentes*, destacam que “a adesão ao movimento religioso se constituiu como uma rede de apoio social e afetiva” (Becker, 2015, et al, p. 9). Essa rede de apoio é essencial para a construção de uma autoestima saudável. Quando os adolescentes são aceitos e valorizados dentro de um grupo, isso pode aumentar sua percepção de valor pessoal. A presença e o envolvimento dos pais no desenvolvimento dos adolescentes são considerados fatores importantes para a autoestima.

O apoio emocional e a validação que os jovens recebem de seus pais e da comunidade religiosa podem fortalecer sua autoconfiança e a crença em suas capacidades. A interdependência entre autocontrole e autoestima é evidente. Adolescentes com alta

autoestima tendem a ter mais confiança em sua capacidade de tomar decisões e resistir a impulsos. As autoras sugerem que as práticas religiosas e o envolvimento em um movimento cristão podem proporcionar um ambiente que favorece o desenvolvimento de ambas as habilidades. A ênfase na "afetividade" e no "amor" nas experiências dos participantes (Becker, 2015, et al, p. 9) indica que uma vivência de relações positivas e de apoio pode contribuir para a construção de uma autoestima positiva. Quando os jovens experimentam amor e facilidades, eles se sentem mais seguros e confiantes em suas habilidades, o que pode levar a um maior autocontrole. Além disso, o apoio social prestado a grupos religiosos pode ser um fator importante na promoção do autocontrole.

A citação que menciona a "rede de apoio social como fonte promotora do bem-estar" (BECKER, 2015, et al, p.9) sugere que uma interação com outros membros da comunidade religiosa pode ajudar os adolescentes a desenvolverem habilidades de enfrentamento e a lidarem melhor com situações estressantes. Isso, por sua vez, pode resultar em um aumento da autoestima, na medida em que os jovens percebam que têm recursos e suporte para enfrentar desafios. Em suma, o texto evidencia que a religiosidade e o apoio familiar desempenham papéis cruciais no desenvolvimento do autocontrole e da autoestima dos adolescentes. A prática religiosa não apenas fortalece os vínculos familiares, mas também oferece um contexto que promove a reflexão e a autoavaliação, essenciais para o autocontrole. Ao mesmo tempo, a liberdade e o apoio recebidos dentro da comunidade religiosa restrita para a construção de uma autoestima saudável.

Portanto, a consideração da dimensão religioso-espiritual como um aspecto integrado no desenvolvimento do ser humano é fundamental, pois pode atuar como um fator protetivo, promovendo a saúde emocional e a qualidade de vida dos jovens (BECKER, 2015, et al, p. 13). A continuidade de estudos nessa área poderá aprofundar a compreensão sobre essas relações e auxiliar pais e profissionais para melhor apoiar o desenvolvimento dos adolescentes.

4.3 DESENVOLVIMENTO MORAL E ÉTICO

A moral e a ética são conceitos centrais na abordagem da Educação por Princípios, conforme proposto no trabalho de Camila Ribeiro de Oliveira (2015). A autora enfatiza que a formação

do caráter é um dos pilares dessa metodologia educacional, que busca integrar princípios bíblicos em todas as áreas do conhecimento. Segundo Borges (2001), “a Educação por Princípios tem como objetivo central promover uma educação onde a palavra de Deus esteja em todo contexto de aprendizagem, proporcionando o desenvolvimento do potencial de cada indivíduo, a formação de um caráter cristão, e a preparação de sujeitos que atuem com responsabilidade na sociedade através dos princípios morais e espirituais”. Essa afirmação destaca a importância de uma educação que não apenas transmite conhecimento, mas que também forma cidadãos éticos e morais.

A moral, entendida como um conjunto de normas e valores que orientam o comportamento humano, é essencial para a formação de indivíduos que atuem de maneira ética na sociedade. A ética, por sua vez, refere-se ao estudo e à reflexão sobre esses valores e normas, buscando compreender o que é certo ou errado em diferentes contextos. Na Educação por Princípios, a moralidade é fundamentada em ensinamentos bíblicos, que servem como guia para a formação do caráter dos alunos. A autora menciona que “a vida cristã e a educação cristã se misturam e se tornam uma e a mesma coisa quando o alvo único é a glória de Cristo” (BORGES, 2001, p.171). Essa afirmação ressalta a importância de uma educação que não apenas transmite conhecimento, mas que também forma cidadãos éticos e morais. A abordagem da Educação por Princípios propõe que todas as disciplinas sejam ensinadas a partir de uma perspectiva cristã, onde a Bíblia é o centro do aprendizado. Além disso, a autora menciona a vulnerabilidade do contexto familiar na formação moral das crianças, destacando que “na sociedade em que vivemos atualmente, nota-se uma extrema vulnerabilidade do contexto familiar até mesmo das famílias cristãs” (OLIVEIRA, 2015, p. 26). Essa realidade evidencia a necessidade de uma educação que complemente a formação moral e ética que deveria ser fornecida no lar. A escola, portanto, assume um papel crucial na construção do caráter dos alunos, oferecendo um ambiente onde os princípios cristãos são vivenciados e planejados. A aplicação dos sete princípios bíblicos no currículo escolar é uma estratégia que visa fortalecer a moral e a ética no cotidiano escolar.

Esses princípios servem como diretrizes para a formação de um caráter que reflete os valores cristãos, formando os alunos para serem agentes de mudança em suas comunidades. A abordagem da Educação por Princípios propõe que todas as disciplinas sejam ensinadas a partir de uma perspectiva cristã, onde a Bíblia é o centro do aprendizado. Isso implica que, ao

estudar História, Matemática ou Ciências, os alunos também estejam expostos a princípios morais que os ajudam a desenvolver um senso crítico e ético. A autora afirma que “todas as disciplinas possuem o mesmo ponto de partida, o mesmo centro, a bíblia”, o que demonstra a intenção de criar uma conexão entre o conhecimento acadêmico e os valores cristãos (OLIVEIRA, 2015, p. 44). A moral, entendida como um conjunto de normas e valores que orientam o comportamento humano, é essencial para a convivência social. A ética, por sua vez, envolve uma reflexão crítica sobre esses valores, ajudando os indivíduos a discernir o que é certo ou errado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No segundo capítulo do artigo é explorado conceitos fundamentais que cercam a relação entre religião e desenvolvimento infantil. Ao abordar a definição de religião, entendesse que ela não é apenas um conjunto de crenças, mas uma influência social e cultural que influencia profundamente a vida das crianças. A religião, em suas diversas formas, molda valores, comportamentos e a maneira como as crianças percebem o mundo ao seu redor. A análise das teorias do desenvolvimento infantil, como a de Erik Erikson, Bowlby e Piaget, proporcionou uma compreensão mais profunda de como as experiências religiosas podem impactar o desenvolvimento psicológico das crianças. A teoria do desenvolvimento psicossocial de Erikson, por exemplo, destacou a importância das interações sociais e das experiências na formação da identidade, o que se conecta diretamente à forma como as crianças internalizam os ensinamentos religiosos. A relação com figuras de autoridade, como pais e professores, é crucial nesse processo, pois são esses adultos que transmitem valores e pensamentos que as crianças tendem a adotar. Além disso, ao discutir a teoria do apego de Bowlby, percebesse como a segurança emocional e a confiança nas relações interpessoais são fundamentais para o desenvolvimento saudável.

A religião pode oferecer um senso de pertencimento e segurança, mas, ao mesmo tempo, quando imposta de maneira correta, pode gerar sentimentos de culpa e medo, como mencionado anteriormente. Essa dualidade leva a refletir sobre a responsabilidade que existe ao educar as crianças em contextos religiosos, enfatizando a necessidade de uma abordagem equilibrada e respeitosa. Por fim, a teoria cognitiva de Piaget ajudou a entender como as crianças processam e internalizam informações, incluindo aquelas relacionadas à fé. A maneira como elas compreendem conceitos abstratos, como a divindade e a moralidade, varia conforme seu estágio de desenvolvimento. Isso reforça a importância de adaptar a educação religiosa às capacidades cognitivas das crianças, garantindo que a vivência da fé seja enriquecedora e não punitiva. Em suma, este capítulo proporciona uma visão abrangente sobre como a religião e o desenvolvimento infantil estão interligados. A compreensão desses conceitos é essencial para que possamos promover um ambiente saudável e positivo para as crianças, onde a fé possa ser uma fonte de apoio e crescimento, respeitando sempre sua individualidade e liberdade de pensamento.

No terceiro capítulo do artigo, mergulhasse na análise das influências da religião no desenvolvimento psicológico das crianças, abordando tanto os impactos positivos quanto os

negativos que essa experiência pode trazer. Ao explorar as influências positivas, percebe-se que a religião pode ser uma poderosa aliada na formação da identidade e na promoção de valores éticos e morais. As práticas religiosas frequentemente oferecem um senso de comunidade e pertencimento, fundamentais para o desenvolvimento social das crianças. Através da participação em atividades religiosas, eles não apenas aprendem sobre a fé, mas também desenvolvem habilidades sociais, como empatia, cooperação e respeito ao próximo.

Além disso, a religião pode contribuir para a autoestima e o autocontrole das crianças. A crença em um ser superior e a prática de valores espirituais podem fornecer um senso de propósito e significado na vida, ajudando as crianças a enfrentar desafios e adversidades. Essa base emocional sólida é crucial para o desenvolvimento de uma autoimagem positiva e para a construção de relacionamentos saudáveis. No entanto, ao abordar as influências negativas, também se leva em consideração questões importantes que não podem ser ignoradas. A imposição de dogmas rígidos e a falta de espaço para questionamentos podem levar a sentimentos de culpa, medo e ansiedade nas crianças. Quando uma religião é utilizada como uma ferramenta de controle, em vez de um meio de apoio e crescimento, os efeitos podem ser abrangentes. Essa reflexão faz considerar a importância de um diálogo aberto e respeitoso sobre a fé, permitindo que as crianças explorem suas opiniões de maneira saudável e autônoma.

Outro ponto que chama a atenção foi a relação entre religião e desenvolvimento moral. Embora a religião possa fornecer uma estrutura ética, é fundamental que as crianças aprendam a desenvolver seu próprio senso de moralidade, baseado em valores universais de respeito e justiça, e não apenas em regras impostas. Isso implica em educar para que possam discernir entre o que é certo e o errado, promovendo uma compreensão mais profunda e pessoal da ética. Ao final deste capítulo, percebemos que a religião tem um papel complexo e multifacetado no desenvolvimento infantil. É essencial que educadores, pais e responsáveis tenham conhecimento tanto dos benefícios quanto dos riscos associados à educação religiosa. A chave é encontrar um equilíbrio que permita que as crianças se beneficiem das influências positivas da religião, ao mesmo tempo em que se protejam de possíveis impactos negativos. Essa abordagem equilibrada é fundamental para garantir que a experiência religiosa seja uma fonte de crescimento e desenvolvimento saudável, respeitando sempre a individualidade e a liberdade de cada criança.

O último capítulo, explora de forma mais aprofundada os resultados positivos e negativos da religião na infância, com foco em como esses efeitos se manifestam no desenvolvimento das crianças. A análise foi dividida em dois detalhes principais: a formação de identidade e o desenvolvimento a partir da fé, e a promoção da autoestima e autocontrole. Na primeira seção, é discutido como a religião pode ser um fator crucial na formação da identidade da criança. A vivência da fé, especialmente nas primeiras interações com figuras significativas como pais e professores, molda a maneira como as crianças percebem as mesmas e o mundo ao seu redor. A educação religiosa, quando abordada de forma positiva e inclusiva, pode ajudar as crianças a internalizarem valores e opiniões que valorizam para uma identidade sólida e saudável.

Através da observação e da interação com adultos de referência, as crianças começam a construir uma base de valores que influenciarão suas decisões e comportamentos ao longo da vida. Na segunda seção, aborda-se a promoção da autoestima e do autocontrole. A prática religiosa pode oferecer um ambiente seguro onde as crianças se sintam valorizadas e aceitas, o que é fundamental para o desenvolvimento de uma autoimagem positiva. Além disso, a religião pode ensinar habilidades de autocontrole, como paciência e empatia, que são essenciais para a convivência social. A crença em um propósito maior pode ajudar as crianças a lidar com desafios e frustrações, promovendo resiliência e uma visão otimista da vida. Entretanto, também examinasse os impactos negativos da religião na infância. A imposição de dogmas rígidos e a falta de espaço para questionamentos podem gerar sentimentos de culpa e medo, prejudicando o desenvolvimento emocional das crianças. É crucial que a educação religiosa seja direcionada de maneira ao respeito à liberdade de pensamento e à individualidade das crianças, evitando que a religião se torne uma fonte de sentimentos e emoções negativas. Por fim, destaquei as implicações para a educação e a psicologia infantil.

É fundamental que educadores e profissionais da psicologia tenham consciência dos efeitos que uma religião pode ter no desenvolvimento das crianças. Estratégias pedagógicas que promovam um diálogo aberto sobre a fé, respeitando as diferentes opiniões e experiências, são essenciais para garantir que a vivência religiosa contribua positivamente para o crescimento emocional e social das crianças. Este capítulo enfatiza a importância de uma abordagem equilibrada e sensível em relação à educação religiosa, monitorando tanto os benefícios quanto os riscos associados. A chave para um desenvolvimento saudável reside em promover uma experiência religiosa que seja enriquecedora, respeitosa e que permita às crianças explorarem sua ambição de independência e consciência.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Ozéas Miranda de; CEDARO, José Juliano; BATISTA, Eraldo Carlos.** A família e o cuidado em saúde mental no contexto da religião pentecostal na Região Amazônica. *Barbarói, Santa Cruz do Sul*, v. 1, n. 52, p. 1-21, dez. 2018.
- BECKER, Ana Paula Sesti; MAESTRI, Tânia Paza; BOBATO, Sueli Terezinha.** Impacto da religiosidade na relação entre pais e filhos adolescentes. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 67, n. 1, p. 84-98, 2015.
- BORGES, Inez Augusto.** Educação e personalidade: a dimensão sócio-histórica da educação cristã. São Paulo: Editora Mackenzie, 2001.
- COELHO JÚNIOR, Achilles Gonçalves; MAHFOUD, Miguel.** As dimensões espiritual e religiosa da experiência humana: distinções e inter-relações na obra de Viktor Frankl. *Psicologia USP*, v. 12, n. 2, p. 95-103, 2001.
- CORRÊA, Cairu Vieira; HOLANDA, Adriano Furtado; OLANDOSKI, Guilherme Previdi.** Coping Religioso/Espiritual em Profissionais da Atenção à Saúde Mental do Litoral do Paraná. *PsicoFAE, Curitiba*, v. 6, n. 2, p. 15-30, nov. 2017.
- DALBEM, Juliana Xavier; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco.** Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 57, n. 1, p. 12-24, 2005.
- DALGALARRONDO, Paulo.** Religião, psicopatologia & saúde mental. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- DOS SANTOS, Ricardo Assarice; WOODHEAD, Linda.** Cinco conceitos de religião. *Último Andar*, n. 32, p. 181-215, 2018.
- FAGUNDES, Roany Pantoja.** Teorias do desenvolvimento, à partir de Jean Piaget e Lev Vygotsky. 2022.
- FONG, S. N.** A importância do autoconhecimento. São Paulo: Instituto União, 2009.
- FREUD, Sigmund.** O futuro de uma ilusão. Porto Alegre: L&PM Editores, 2010.

GONTIJO, C. L. Psicologia e religião: interfaces e contribuições mútuas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022.

GUERRIERO, S. Antropologia da religião. In: PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank (org.). Compêndio de ciência da religião. 1. ed. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2013. v. 1, p. 243-256.

LOTUFO NETO, Francisco. Psiquiatria e religião: a prevalência de transtornos mentais entre ministros religiosos. 354f. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Departamento de Psiquiatria, São Paulo, 1997.

MOREIRA-ALMEIDA, A.; LOTUFO NETO, F.; KOENIG, H. G. Religião e saúde mental: uma revisão da literatura brasileira. Revista de Psiquiatria Clínica, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 1-10, 2023.

MURAKAMI, Rose; CAMPOS, Claudinei José Gomes. Religião e saúde mental: desafio de integrar a religiosidade ao cuidado com o paciente. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 65, p. 361-367, 2012.

OMAIS, Sálua; DOS SANTOS, Manoel Antônio. Religiosidade/Espiritualidade: interrelações com o bem-estar e saúde mental à luz da Psicologia Positiva. Memorandum: Memória e História em Psicologia, v. 39, 2022.

OLIVEIRA, Camila Ribeiro de. A educação cristã por princípios e sua aplicação. 2015.

OLIVEIRA, Márcia Regina de; JUNGES, José Roque. Saúde mental e espiritualidade/religiosidade: a visão de psicólogos. Estudos de Psicologia (Natal), v. 17, p. 469-476, 2012.

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. Desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PARGAMENT, Kenneth I. et al. Sinais de alerta e enfrentamento religioso: identificando alguns sinais de alerta religioso entre pessoas em crise. Journal of Clinical Psychology, v. 59, n. 12, p. 1335-1348, 2003.

PIRES, Flávia. Tornando-se adulto: uma abordagem antropológica sobre crianças e religião. *Religião & Sociedade*, v. 30, p. 143-164, 2010.

PIMENTEL, Jéferson Polidoro Ruaro et al. Desenvolvimento da fé e educação cristã na infância para a formação cidadã da criança. 2014.

RABELLO, Elaine; PASSOS, José Silveira. Erikson e a teoria psicossocial do desenvolvimento. Consultado em, v. 16, p. 08-13, 2008.

SANTANA, Aline Santos. A influência da religião e da fé no comportamento do indivíduo, 2021.

SANTOS, F. M. dos; SILVA, T. C. da. Efeitos da religiosidade sobre a saúde mental: um estudo com pacientes psiquiátricos. *Revista de Psicologia e Religião*, v. 15, n. 2, p. 11-20, 2023.

SANTOS, José Alex Soares. Teorias da aprendizagem: comportamentalista, cognitivista e humanista. *Revista Sigma*, v. 2, p. 97-111, 2006.

SANTOS, Samuel Franco dos. Religion as illusion in Freud. *Analytica: Revista de Psicanálise*, v. 7, n. 12, p. 84-99, 2018.

SOUZA, E. L. de et al. Espiritualidade, religião e saúde mental na infância: uma abordagem interdisciplinar. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 92-100, 2023.

VERÍSSIMO, Ramiro. *Desenvolvimento psicossocial (Erik Erikson).* 2002.